

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

A ERA DAS GUERRAS: CAPITAL-IMPERIALISMO EM CRISE E A NOVA MULTIPOLARIDADE

Marcelo Silva

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12624>

Submetido em: 2025-07-13

Postado em: 2025-08-13 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Marcos Del Roio (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3276-8789>)

A ERA DAS GUERRAS: CAPITAL-IMPERIALISMO EM CRISE E A NOVA MULTIPOLARIDADE.

Marcelo Lira Silva¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3457-0864>

Resumo: O duplo fronte de batalha estadunidense explicitou o processo histórico de ascensão meteórica da *pax estadunidense*, forjada a partir da criação do *Sistema ONU* e dos *Acordos de Bretton Woods*. Trata-se do processo histórico de apogeu e declínio do império estadunidense, a partir do qual pode-se observar a transição de um tipo particular de *soft power* para um tipo particular de *hard power*, que insere na agenda política global um tipo particular de relação social complexa e umbilical, estabelecida entre neoliberalismo e neofascismo, de tal forma a forjar métodos político-econômicos e socioculturais de construção de *contrarrevoluções preventivas permanentes em escala global*. Neste novo cenário, o *Sistema OTAN* se sobrepõe ao *Sistema ONU* e adquire centralidade, na medida em que os processos políticos passam a ser decididos pela intimidação bélica e/ou pela força das armas, criando ambiente de corrida armamentista generalizada e escalada de conflitos por procuração, via vassalização e predação de aliados. Tratar-se-ia de cenário de *guerra total e/ou guerra civil*, no qual prevalece a *lógica do inimigo schmittiana*, na medida em que o fenômeno social do etnoidentitarismo movimenta-se a partir da *essencialização do outro interno e/ou externo* a ser exterminado. Em quadratura histórica de globalização, a escalada de conflitos e corrida armamentista movimentam-se e dinamizam-se em escala global, tanto no espaço físico quanto no ciberespaço. Objetivamente, a ideologia de uma ordem internacional fundamentada em regras colapsou, na medida em que se impôs uma ordem internacional multipolar, com a ascensão de China e Rússia; e, portanto, impôs-se a mudança de poder global do Atlântico Norte para Eurásia.

Palavras-chave: Multipolaridade – Capital-imperialismo – Neocolonialismo – Guerras Híbridas.
THE AGE OF WARS: CAPITAL-IMPERIALISM IN CRISIS AND THE NEW MULTIPOLARITY.

Abstract: The dual American battlefield has highlighted the historical process of the meteoric rise of the American peace, forged by the creation of the UN system and the Bretton Woods Agreements. This historical process of the rise and decline of the American empire allows us to observe the transition from a particular type of soft power to a particular type of hard power, which inserts into the global political agenda a particular type of complex and umbilical social relationship, established between neoliberalism and neofascism, in such a way as to forge political, economic, and sociocultural methods for constructing permanent, preventive counterrevolutions on a global scale. In this new scenario, the NATO system supersedes the UN system and assumes centrality, as political processes are decided by military intimidation and/or force of arms, creating an environment of widespread arms racing and escalating proxy conflicts, through vassalization and predation of allies. This would be a scenario of total war and/or civil war, in which the logic of the Schmittian enemy prevails, as the social phenomenon of ethnoidentitarianism is driven by the essentialization of the internal and/or external other to be exterminated. In a historical quadrant of globalization, the escalation of conflicts and arms races

¹ Pós-Doutor em História (UFG). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista – "Júlio de Mesquita Filho" – (UNESP/Campus Marília), com sanduwh em Relações Internacionais pela Universidad Nacional de La Plata (UNLP/Argentina). Mestre em Sociologia (UNESP/Campus Araraquara). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais e Filosofia (UNESP/Campus Marília). Professor Substituto nos Cursos de Ciências Sociais e Relações Internacionais (UNESP/Campus Marília) de 2010 a 2013. Professor Efetivo de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/Campus Goiânia, no qual desenvolve atividades de ensino-pesquisa-extensão em diversos níveis e modalidades, desde abril de 2014. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas - Ética e Política Emancipatória (NEPA-EPE/CNPq). Professor-pesquisador do IFG/Campus Goiânia, no qual leciona, desenvolve pesquisa e orienta. Atua principalmente nas seguintes temáticas: Sociologia do Conhecimento; Teoria Sociológica. Teoria da Modernidade; Teoria da Dependência; Sociologia da Educação; Políticas Educacionais; Teoria Política do Socialismo; e, Teoria da Democracia. E-mail: marcelo.silva@ifg.edu.br ou marcelo.lira@unesp.br

move and intensify on a global scale, both in physical space and in cyberspace. Objectively, the ideology of a rules-based international order has collapsed, as a multipolar international order has been imposed, with the rise of China and Russia; and, therefore, the shift of global power from the North Atlantic to Eurasia.

Keywords: Multipolarity – Capital-imperialism – Neocolonialism – Hybrid Wars.

LA ERA DE LAS GUERRAS: EL CAPITAL-IMPERIALISMO EN CRISIS Y LA NUEVA MULTIPOLARIDAD.

Resumen: El doble frente de batalla estadounidense ha puesto de relieve el proceso histórico del meteórico ascenso de la pax americana, forjado por la creación del Sistema de las Naciones Unidas y los Acuerdos de Bretton Woods. Este es el proceso histórico de ascenso y declive del imperio estadounidense, desde el cual se puede observar la transición de un tipo particular de poder blando a un tipo particular de poder duro, que inserta en la agenda política global una relación social compleja y umbilical, establecida entre el neoliberalismo y el neofascismo, de tal manera que forja métodos políticos, económicos y socioculturales para construir contrarrevoluciones permanentes y preventivas a escala global. En este nuevo escenario, el sistema de la OTAN reemplaza al sistema de la ONU y asume centralidad, ya que los procesos políticos se deciden mediante la intimidación militar o la fuerza de las armas, creando un entorno de carrera armamentista generalizada y una escalada de conflictos por poderes, mediante el vasallaje y la depredación de los aliados. Este sería un escenario de guerra total o guerra civil, en el que prevalece la lógica del enemigo schmittiano, ya que el fenómeno social del etnoidentitarismo es impulsado por la esencialización del otro interno o externo que debe ser exterminado. En un cuadrante histórico de globalización, la escalada de conflictos y la carrera armamentística se mueven e intensifican a escala global, tanto en el espacio físico como en el ciberespacio. Objetivamente, la ideología de un orden internacional basado en normas ha colapsado, al imponerse un orden internacional multipolar, con el ascenso de China y Rusia; y, por consiguiente, el desplazamiento del poder global del Atlántico Norte a Eurasia.

Palabras clave: Multipolaridad – Capital-imperialismo – Neocolonialismo – Guerras híbridas.

Introdução

Torna-se importante destacar a função social do direito internacional, no que diz respeito às elaborações ideológicas em torno da legitimidade e legalidade da guerra. No Ocidente, o direito internacional tem desempenhado a função social de mediador ideológico da relação entre Estados soberanos. Embora as elaborações teóricas tenham surgido por volta de um século antes, particularmente com as elaborações do teólogo espanhol Francisco de Vitória (1530), a origem e os fundamentos do direito internacional tal como o conhecemos hoje podem ser remontados ao Tratado de Vestfália (1648), que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos. Assim sendo, Francisco de Vitória (1483-1546) fundamentou suas elaborações teóricas acerca do direito internacional no chamado *jus gentium* (direito dos povos romanos), como forma de justificar e legitimar teórica e teologicamente a invasão, colonização e escravização impostas aos povos originários das Américas. De acordo com Francisco de Vitória, os indígenas violavam o direito universal *jus communicandi* dos espanhóis (viajar, comercializar e pregar a fé cristã), de tal forma que seria legítimo responder pela força da espada, confiscar as terras dos nativos e escravizá-los. O chamado *jus communicandi* dos espanhóis correspondia a uma espécie de *laissez-faire*, *laissez-passer avant la lettre*. Assim sendo, pode-se observar no chamado *jus gentium* o *germen* da

legitimação do *binômio colonialismo-escravismo*. Tal processo avançou com as elaborações advindas da pena e lente do diplomata holandês Hugo Grotius (1583-1645), a partir das obras *O direito do aprisionamento* (1620) e *O direito da guerra e da paz* (1625), cuja chave de leitura mediativa central girava em torno da concepção de *jus gladii* (direito da espada). A legitimação da *ideologia do colonialismo-escravismo* adquiriria complexidade teórica com as elaborações presentes nas obras de Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704), no século XVII. Tratar-se-ia de compreender a elaboração hobbesiana de que não seria a verdade, mas a autoridade que faz o direito. Em outros termos, “As convenções, sem a espada, são apenas palavras” (Hobbes, 2019).

No âmbito do *Congresso de Viena* (1814-1815), o processo contrarrevolucionário que derrotou Napoleão forjou um tipo particular de direito internacional que passaria a ser definido pela hierarquização jurídico-política dos Estados soberanos, concebendo-se como potências imperialistas Áustria, França, Inglaterra, Prússia e Rússia. O *império otomano* foi banido do Congresso de Viena por não se encaixar na definição de *povos civilizados*. Forjar-se-ia uma concepção de comunidade internacional da qual faziam parte única e exclusivamente os cinco Estados soberanos acima citados, sendo todos os demais compreendidos como povos bárbaros e incivilizados, sobre os quais seria legítimo impor o *jus gladii*. No âmbito da cultura do capital, o fundamento da validade e efetividade dos tratados é a força da espada. O princípio de hierarquização jurídico-político dos Estados soberanos, advindo do Congresso de Viena, manteve-se tanto no âmbito da Liga das Nações quanto no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), via divisão entre Assembleia Geral e Conselho de Segurança, todavia, com concessões à URSS e à China. Nesse novo cenário, o centro de poder transitou do coração da Europa para o outro lado do Atlântico, a partir do qual seria forjado o Sistema ONU enquanto representação objetiva e subjetiva do poder global dos EUA.

Trata-se da representação e simbologia do *Centauro Quíron* de Maquiavel – *un mezzo bestia e mezzo uomo* – que ora movimenta-se e dinamiza-se pela produção de consenso (diplomacia), ora pela imposição da força da espada, ou seja, os tipos e as formas de arenas e combates que ora impõem o império das leis, ora o da espada. Sendo assim, o pós-guerra representaria o redesenho das forças e, portanto, da política e do direito, efetivados nos termos de Tratados de Paz². Assim sendo, a paz poderia advir da

² “A guerra de uma comunidade – de nações inteiras e, particularmente, de nações civilizadas – surge sempre de uma situação política e só resulta de um motivo político. Aí está por que a guerra é um ato político. Todavia, se fosse um ato completamente autônomo, uma manifestação de violência absoluta, tal como se poderia concluir de seu puro conceito, a guerra tomaria o lugar da política, a partir do instante em

negociação ou da imposição; no primeiro caso, utilizar-se-ia dos territórios conquistados e da projeção de avanço destrutivo para impor a negociação; no segundo caso, tratar-se-ia da aniquilação do inimigo e de sua capacidade de impor quaisquer tipos de resistência. Trata-se de “ato político” que, pela violência, busca-se alcançar objetivos e realizar interesses de Estado³. Emerge o conceito de *guerra absoluta* (questão de ordem epistêmica necessária à apreensão da realidade, ou seja, as dimensões da *guerra real*), a partir da qual desdobram-se processos de escalada de forças, oriundos das três “ações recíprocas”, que impõem como finalidade militar desarmar o inimigo e anular sua capacidade de resistência. Emerge, ainda, na obra do general prussiano, a diferenciação entre tática e estratégia, que influenciariam os conceitos de política em Marx, Lênin e Gramsci. Como a guerra é um “ato de força” e a “continuação da política por outros meios”, emerge inevitavelmente a questão da suposta democratização da guerra, a partir da qual pode-se passar de *guerra de elites* a *guerra do povo*. Trata-se do momento no qual o comando militar unifica-se ao comando político, como no caso de Napoleão Bonaparte, que supostamente unificou os interesses nacionais, na forma e no conteúdo da *grande política*.

A ideologia do sistema internacional baseado em regras.

O jurista e teólogo holandês Hugo Grotius (1583-1645) desenvolveu a tese de que o cálculo e a lógica instituídos pelos Estados nacionais soberanos impunham a impossibilidade de haver consenso acerca da arbitragem que permitisse dirimir conflitos bélicos entre Estados que tivessem interesses contrários e excludentes. Observa-se a formulação de questões congênicas do sistema interestatal: o direito à “legítima defesa” e a impossibilidade de critérios consensuais. Portanto, em uma guerra, a justiça e a legitimidade são definidas pelos princípios, concepções e valores que as partes difundem e que seus prováveis aliados e/ou opositores aderem ou rejeitam.

Objetivamente, pode-se dizer que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) representou o redesenho de nova cartografia energética global, na medida em que se observa a transição do carvão para o petróleo como a principal matriz energética do

que fosse provocada por esta, eliminá-la-ia e seguiria suas próprias leis como uma coisa inteiramente independente, tal como um projétil que, uma vez lançado, já não pode ser orientado numa direção diferente daquela que lhe foi imprimida por uma pontaria prévia” (Clausewitz, 1996, I, I, p. 26).

³ “As almas filantrópicas poderiam então facilmente julgar que existe uma maneira artificial de desarmar e derrotar o adversário sem verter demasiado sangue, e que é para isso que tende a verdadeira arte da guerra. Por mais desejável que isso pareça, é um erro que é preciso eliminar. Num assunto tão perigoso como é a guerra, os erros devido à bondade da alma são precisamente a pior das coisas” (Clausewitz, 1996, I, I, p. 9).

capitalismo global. A nova geopolítica exigia do capital-imperialismo a criação de estruturas e agências de pesquisas estratégicas que desenvolvessem ciência e tecnologia de ponta capazes de exploração em larga escala dos recursos fósseis. Assim, não somente o petróleo, mas também o gás natural se tornaram mercadorias essenciais para o desenvolvimento do capitalismo do século XX. Objetivamente, não ocorreu o que equivocadamente analistas denominaram de transição energética, na medida em que a extração e o uso do petróleo dispararam no último século, de tal forma que os recursos fósseis passaram a ser utilizados concomitantemente desde então, todavia, tendo o petróleo como matriz energética central. Destaca-se o fenômeno social em questão, na medida em que, no século XXI, a hologramática transição energética é recolocada na agenda política devido às mudanças e emergências climáticas, como forma de forjar o conceito artificial de capitalismo verde. Assim sendo, a suposta transição energética adquiriu o estatuto de ordem salvacionista global.

Ora, para além das peças publicitárias difundidas pelo capital-imperialismo, observa-se a abertura e o aprofundamento de nova corrida armamentista, sendo o domínio científico-tecnológico energético central em tal processo. Em termos concretos, o capital-imperialismo avalia que a matriz energética petrolífera continuará sendo central em suas plataformas militares nas próximas décadas. Todavia, movimentam-se no campo estratégico-militar para a utilização tanto de energia carbônica quanto eólica, solar, maremotriz, biocombustível, bem como das areias betuminosas e do hidrato de metano. Assim, a ideologia do capitalismo verde difunde a ilusória concepção de transição energética para supostamente produzir energia limpa. Todavia, sob a cultura do capital, pode-se observar a coexistência da exploração de diversos recursos naturais para a produção energética, voltadas tanto à aceleração da rotação do capital quanto à sua utilização nos múltiplos campos de batalha abertos pelo capital-imperialismo.

A crise estrutural do capital, aberta nos anos 1970, demarcou a abertura de novo padrão de acumulação do capital, com predominância das frações rentista-financista, a reedificação do bloco histórico global e desdobramentos diretos na definição dos novos blocos no poder, tanto no epicentro quanto na periferia do capitalismo. Tal processo capturou o orçamento dos Estados nacionais periféricos, por meio de processos de controle dos Bancos Centrais pelo financismo-rentismo (cujo eufemismo utilizado passou a ser o de autonomia do Banco Central), imposição de um tipo particular de tripé macroeconômico estruturante (*câmbio flutuante, meta de inflação e meta fiscal*), bem como determinações objetivas neocoloniais da dívida pública. A crise estrutural do capital

impôs ciclos longos de crises e dificuldades em enfrentar a queda tendencial da taxa de lucro. Tratar-se-ia de outro tipo quantitativo e qualitativo de rotação e reprodução ampliada do capital. A saída encontrada pelo capital-imperialismo foi a via expansionista e neocolonial, seja pela via de golpes de Estado, seja pela abertura de guerras. Os processos em questão se interligam umbilicalmente de tal forma a levar a crises orgânicas das democracias liberal-representativas, tanto no epicentro quanto na periferia capitalista. Assim sendo, o neoliberalismo flexível se determina enquanto *contrarrevolução preventiva permanente*, tendo como força político-social aglutinadora movimentos neofascistas com potencial de dominação e direção.

A hegemonia civil da cultura política do neoliberalismo flexível implica necessariamente em encolhimento do Estado na área social e hipertrofia dos processos de coerção e controle social, o que, na periferia do capitalismo global, desdobra-se em golpes de Estado, fascistização e militarização da vida social. Na esfera das relações internacionais, observa-se a redefinição das forças armadas dos Estados nacionais do epicentro do capitalismo, com redesenho científico-tecnológico da marinha e da aeronáutica e perda de relevância dos exércitos. Objetivamente, o século XXI forjou um mundo multipolar com a ascensão de China e Rússia, por um lado, e a decadência e fragmentação da Europa, bem como a perda da hegemonia civil estadunidense, por outro. Tratar-se-ia de certo tipo de transição do poder global do Atlântico Norte para a Eurásia. No cenário em questão, coloca-se como pauta central o controle dos processos de transição energética, tanto do petróleo, gás e carvão quanto dos processos de produção da chamada energia limpa. Em última instância, a guerra irá determinar os caminhos a serem trilhados.

Ora, a multipolaridade implica em corrida armamentista global, na medida em que os Estados nacionais são pressionados a adotar certo tipo de keynesianismo de guerra, com o objetivo de armar-se para defender-se das incertezas futuras. Assim, a multipolaridade pressiona o Ocidente Coletivo a adotar políticas expansionistas e neocoloniais, seja pela guerra, seja pela derrubada e substituição de regimes políticos em todo o planeta. Ao mesmo tempo, tratar-se-ia de cenário de consolidação e fortalecimento dos BRICS, via construção de nova institucionalidade global, com potencial capital-imperialista dirigido pela China, sem necessariamente romper com a institucionalidade capital-imperialista dirigida pelos EUA. Tratar-se-ia de cenário de guerra global, no qual o capital-imperialismo estadunidense e seu subalterno imediato, a União Europeia, passam a desenvolver políticas externas de dissuasão defensiva e ofensiva. Tal processo

pressiona as forças emergentes, particularmente China e Rússia, a trilharem o mesmo caminho. Destaca-se, nesse contexto, a ação político-militar coordenada pelo capital-imperialismo estadunidense para a derrubada do governo na Síria, envolvendo Turquia e Israel. Nesse cenário, os BRICS pode ser definido pela heterogeneidade de sua composição político-econômica e sociocultural, portanto, marcado por divergências de diversas naturezas e desafiador em termos de construção de governança, sendo que sua característica fundamental se encontra na complementariedade do capitalismo global. Tratar-se-ia de alternativa de desenvolvimento do capitalismo do século XXI. Exatamente devido a tal posição coloca em questão a hegemonia estadunidense. Somente do ponto de vista ideológico é que se pode observar os BRICS como holograma emancipatório do chamado Sul Global. Tratar-se-ia de redesenho do capital-imperialismo e consequentemente do neocolonialismo, no qual os chamados *swing state* disputam um lugar ao sol e movem-se no tabuleiro global de acordo com interesses particulares.

É importante destacar que, sob o comando de George Herbert Walker Bush (1924-2018), forjou-se o projeto denominado "*Novo Século Americano*", com o objetivo de impedir o aparecimento de qualquer força política capaz de se opor e/ou ameaçar a supremacia global estadunidense. A sucessão de Bush foi marcada pelos dois governos de William Jefferson "Bill" Clinton (1946 –), nos quais desenvolveu-se a política externa de avanço da globalização econômica, bem como a ideologia das chamadas "*intervenções humanitárias*" em defesa da democracia e dos "direitos humanos". A ideologia de Clinton, sob o comando de Zbigniew Brzezinski (*The Grand Chessboard: American Primacy/1997*), resultou em 48 "intervenções", com destaque para a Bósnia (1995) e Kosovo (1999). Pode-se observar que o desenho cartográfico institucional global, seja por republicanos, seja por democratas, traduzia a estratégia voltada à contenção da Rússia. Ainda que hajam discordâncias táticas, na medida em que os democratas apostavam em uma política expansionista neocolonial via OTAN, controlando particularmente o Leste Europeu, ao mesmo tempo em que se constituiria um projeto global de intervenções supostamente humanitárias e em defesa da democracia e dos direitos humanos, como forma de forjar e articular instrumentos político-econômicos e militares globais, voltados à derrubada de governos opositores e à imposição de governos alinhados aos interesses dos EUA. Trata-se de alinhamento estratégico político-econômico e militar entre democratas e republicanos, com sutis diferenças na definição da ação política. Destaca-se que a ideologia Clinton previa a incorporação da Ucrânia à OTAN e, como tal processo não se concretizou, direcionou-se a ação política para o plano B: *Coup d'État* (2014),

desferido pelo governo democrata do identitarista Obama. Assim sendo, a guerra na Ucrânia apresenta-se sob a forma e o conteúdo de guerra existencial para os russos, por um lado; e, guerra estratégico-militar de preservação da supremacia global estadunidense, forjada e dirigida pelos democratas, por outro. Qualquer leitura que se queira intelectualmente honesta e rigorosa necessariamente teria que levar em conta as duas questões expostas.

Lênin (2013), em sua análise complexa e original, a partir da elaboração marxiana, que descobriu nos processos de *reprodução ampliada do capital* incontornáveis e irreversíveis tendências à concentração e centralização de capital, demonstrou como a transição do chamado capitalismo concorrencial para um tipo particular de capitalismo monopolista oligopolizado forjou o *capital-imperialismo* e como se hegemonizava a partir de processos de *exportação de capitais*. Objetivamente, demonstrou que o eixo central do *capital-imperialismo* não se daria em termos comerciais simples, a partir da compra e venda de mercadorias, mas no campo da *exportação de capitais*. Em outros termos, Lênin (2013) demonstrou que o capital-imperialismo encontrava-se estruturado e organizado em processos complexos e em larga escala de fusão entre capital industrial e bancário/financeiro. Assim sendo, Lênin (2013) demonstrou como se impôs a tendência à associação das grandes corporações, que passaram a controlar grandes cadeias produtivas de valor, de tal forma que se sobrepuseram ao poder e aos interesses dos Estados nacionais, particularmente aqueles da periferia capitalista. No âmbito do capital-imperialismo, impõe-se um tipo particular de corrida permanente pelo controle de matérias-primas e mercados, acelerando-se e acirrando-se em momentos de crise. Destaca-se que a crise estrutural do capital, que se abriu na década de 1970, impôs conjuntos complexos de processos de *contrarrevoluções preventivas permanentes* em escala global, sintetizadas na forma e no conteúdo de tipos de neoliberalismos flexíveis e heterogêneos, sendo sua forma extrema a guerra permanente, expansionista e neocolonial.

Ascensão e colapso da *pax estadunidense*.

A história do século XX demonstra a ascensão meteórica da *pax estadunidense*, forjada a partir da criação do *Sistema ONU* e dos *Acordos de Bretton Woods*. Este último entrou em colapso com a política externa estadunidense da década de 1970, enquanto aquele entrou em colapso com a política externa adotada a partir do 11 de setembro de 2001. Trata-se do processo histórico de apogeu e declínio do império estadunidense, a partir do qual pode-se observar a transição de um tipo particular de *soft power* para um tipo particular de *hard power*, que insere na agenda política global uma relação social

complexa e umbilical entre neoliberalismo & neofascismo. O 34º presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower (1890-1969), analisou o processo de ascensão do império estadunidense a partir de um eixo estrutural central definido como *complexo industrial-militar*, a partir do qual o Estado estadunidense organizaria, administraria, coordenaria e financiaria instituições públicas e privadas capazes de produzir armas e tecnologia militar, de tal forma a funcionarem de forma articulada e sistêmica. Assim, o *complexo industrial-militar* tornou-se o centro do processo de acumulação e *reprodução ampliada do capital* capital-imperialista, de tal forma que as *guerras* se tornaram fundamentais à hegemonia estadunidense.

As guerras promovidas pelo capital-imperialismo, no século XXI, foram e são forjadas pela unidade de contrários estabelecida entre *guerra de movimento (força)* e *guerra de posição/manobra (terreno)*. Eisenhower observou que o fenômeno social da guerra possuía uma particularidade específica, na medida em que a lógica do capital enraizaria e constituiria conjuntos de relações umbilicais entre a guerra e o domínio científico-tecnológico, bem como sua materialização no campo de expansão produtiva e capacidade industrial. Assim, uma das características fundamentais das guerras encontrase na orientação voltada à destruição das forças produtivas inimigas, como forma de avançar no campo do terreno. A implicação imediata de tal processo implicaria necessariamente na capacidade de substituição de perdas objetivas e subjetivas. Objetivamente, isso quer dizer que as chamadas "*guerras eternas*" tenderiam a ser vencidas pelos contendores com maior capacidade de produção econômica, porque, além da maior capacidade em debilitar as forças dos inimigos, possuiria capacidade produtiva de mercadorias próprias da guerra, na medida em que o prolongamento do conflito bélico exigiria produção e mobilização de quantidade, qualidade e variedade: i. tropas treinadas; ii. veículos de transporte rápidos, resistentes e sofisticados; iii. drones; iv. produtos eletrônicos; v. armamento complexo; vi. alimentos... Em tempos de *cadeias globais de valor* que fragmentam os processos produtivos e precarizam drasticamente as condições de trabalho, a preparação para a guerra tornar-se-ia problemática, na medida em que forjar um tipo particular de *complexo industrial militar* avançado exigiria uma lógica industrial centralizada nacionalmente, ou seja, capacidade de organização, administração e coordenação de estrutura complexa de controle e comando. Portanto, tratar-se-ia da presença de um tipo particular de Estado capaz de organizar, administrar e coordenar de forma sistêmica e unificada todos os processos e operações, inclusive educando e expandindo sua *expertise*, com desdobramentos diretos na formação de um tipo particular

de mão de obra especializada/setorizada em diferentes níveis do campo de batalha e do processo produtivo, como forma de atender tanto às necessidades de produção em larga escala – o que inclui treinar as tropas em diferentes níveis e modalidades de combate e com capacidade de substituição de perdas – quanto para a constituição de avanços científico-tecnológicos voltados tanto à *guerra de movimento* quanto à *guerra de manobra*.

Destaca-se que o campo de batalha do século XXI caracteriza-se e define-se como conjuntos de sistemas complexos e integrados, na medida em que os avanços científico-tecnológicos se tornam centrais em processos de variabilidade e tipificação de guerras eletrônicas (EW), que a rigor incluem: i. três tipos estruturais de defesas aéreas; ii. quatro tipos de artilharia; iii. variabilidade e tipificação de aeronaves; iv. complexo sistêmico, sofisticado e variado de drones tanto de ataque quanto de reconhecimento; v. complexo sistêmico e variado de engenheiros de construção e sapadores; vi. a constituição de infantaria tradicional; vii. variedade de formações blindadas; e, viii. logística célere que responda prontamente ao tempo imposto pela guerra, adequada ao campo de batalha. Em outros termos, tratar-se-ia de manejar instrumentos defensivos e ofensivos como forma de induzir e aprofundar crises sistêmicas de abastecimento, com efeito dominó nas fileiras inimigas, ao mesmo tempo em que se preveniria de tais crises em suas próprias fileiras, cultivando paciência e planejamento estratégico. Assim sendo, as guerras contemporâneas tornam-se cada vez mais matematizadas e metódicas, administradas, organizadas e coordenadas de forma meticulosa, a partir de técnicas e fases complexas de operação, tanto no campo defensivo, constituindo escudos, trincheiras artificiais e dinâmicas de proteção, de tal forma a forçar o inimigo a lutar em campo desvantajoso, quanto no campo ofensivo, identificando os territórios estratégicos a serem tomados, evitando os campos de combate desvantajosos e constituindo manobras profundas e rápidas, como forma de evitar e/ou minimizar baixas quantitativas e qualitativas, na medida em que exigem manobra unificada e sistêmica de sistemas complexos e independentes.

Em que pese a política neocolonial expansionista e genocida liderada pelo *capital imperialista* estadunidense e seu subalterno imediato, a União Europeia, em um contexto de avanço neoliberal compreendido como *contrarrevolução preventiva permanente*, apresentar seus primeiros traçados e desenho militar no processo de dissolução da antiga Iugoslávia, sua anatomia e ossatura seriam apresentadas definitivamente ao mundo com a ideologia da *guerra ao terror*. Frente à questão e sob a liderança de George Walker

Bush (1946 –), os EUA invadiram o Afeganistão em 2001 (*Operação Liberdade Duradoura*), de tal forma que viu sua popularidade ascender a 90%. As autoridades estadunidenses atribuíram a Osama bin Mohammed bin Awad bin Laden (1957-2011) a idealização dos ataques e passaram a promover política expansionista e neocolonial denominada de *guerra ao terror*, como forma de legitimar toda e qualquer intervenção militar preventiva no Oriente Médio. Mesmo com o governo do Talibã condenando oficialmente os ataques, no dia 12 de setembro de 2001, os EUA, com a participação direta do Reino Unido e dos membros da OTAN, conduziram a invasão expansionista e neocolonial no dia 7 de outubro de 2001. Após quase duas décadas de guerra, somente no dia 30 de agosto de 2021, as tropas estadunidenses se retiraram por completo do Afeganistão, deixando para trás um país completamente destruído política, econômica e socioculturalmente. Calcula-se que cerca de 240 mil pessoas tenham morrido no “conflito”. Em 2003, sob a égide da *guerra ao terror* e o discurso ideológico de combate ao *eixo do mal*, os EUA invadiram o Iraque, sob o pretexto de que existiam supostas armas de destruição em massa no país (que nunca foram encontradas). A invasão expansionista e neocolonial estadunidense resultou na destituição do governo iraquiano e no assassinato de Saddam Hussein Abd al-Majid al-Tikriti (1937-2006), abrindo-se o caminho para o chamado Estado Islâmico. Estima-se que, de 2003 a 2006, a invasão expansionista e neocolonial estadunidense tenha levado ao extermínio de mais de 600 mil iraquianos. Todavia, não existem números oficiais. A chamada *guerra ao terror* levou à legitimação e à expansão da concepção de prisão política, particularmente aquela forjada em Guantánamo (fruto da invasão estadunidense à Cuba), na qual encontram-se oficialmente mais de 40 presos políticos, detidos sem nenhum tipo de investigação e julgamento público, tampouco garantia de legítima e ampla defesa e contraditório legal.

No cenário internacional, pode-se observar conjuntos complexos de conflitos armados em larga escala: i. Burkina Faso; ii. Somália; iii. Sudão; iv. Iémen; v. Mianmar; vi. Nigéria; e vii. Síria. Todavia, a análise focará em duas questões ideológicas fundamentais para compreender a era das guerras, na medida em que dois grandes conflitos em larga escala: i. Israel-Hamas; e ii. Ucrânia-Rússia, podem ser definidos sociologicamente como frentes diferentes de uma única guerra capital-imperialista estadunidense pela hegemonia do sistema global. Tratam-se de movimentos táticos do capital-imperialismo estadunidense e seu principal aliado subalterno: a União Europeia, na Eurásia. Em um cenário de *guerra total*, o *capital-imperialismo estadunidense* adota política externa de *hard power* em todas as suas dimensões, inclusive voltada à submissão

total da Europa. Tal processo pode ser observado a partir da predominância das chamadas sete magníficas da tecnologia estadunidense nos mercados mundiais, inclusive europeu: i. Alphabet; ii. Amazon; iii. Apple; iv. Microsoft; v. Meta; vi. Nvidia; e vii. Tesla. Observa-se que, entre as cinquenta maiores empresas globais de tecnologia, apenas quatro são europeias. Destaca-se ainda que setenta e dois por cento do mercado de nuvem (*cloud*) europeu é dominado por três empresas estadunidenses, com riscos reais de extraterritorialidade dos dados europeus e perda de *segurança e soberania digital*. Trata-se de questão central, na medida em que se avança para nova onda de inovação tecnológica, fundamentada na chamada inteligência artificial e na computação quântica. Nesses termos, coloca-se a possibilidade efetiva de eclosão de guerra mundial com características nucleares. Tratar-se-ia de guerras neocoloniais expansionistas.

Como a guerra é um "ato de força" e a "continuação da política por outros meios", não seria possível definir com exatidão a força militar dos contendores; todavia, seria possível estimá-la. De acordo com dados públicos, sabe-se que nove países possuem arsenal nuclear com potencial de destruição em massa: i. EUA; ii. Rússia; iii. China; iv. França; v. Reino Unido; vi. Israel; vii. Índia; viii. Coreia do Norte; e ix. Paquistão, sendo que 90% do arsenal encontra-se sob o poder dos dois principais representantes da Guerra Fria. Supostamente, com o fim da Guerra Fria, estabeleceu-se política mundial de desarmamento, sendo que os dados oficiais apontam que, se em 1980 havia 70 mil ogivas nucleares, cinquenta anos depois o número teria caído para 14 mil, das quais 6 mil encontravam-se sob poder russo. No âmbito do arsenal russo, pode-se destacar: *Czar* (Rússia [...], 2020d); *Poseidon* (Poseidon [...], 2023); e RS-28 *Sarmat* (2018) (Smart [...], 2022). Importante salientar que são estimativas que podem ser contrariadas pela realidade, na medida em que se observam avanços tecnológicos de diversas ordens que poderiam potencializar os arsenais militares de destruição em massa, particularmente das principais potências capitalistas, dentre as quais pode-se citar EUA e China. Não se pode descartar a relevância político-econômica que a Alemanha adquiriu nos últimos 40 anos. Em que pese oficialmente não ter números de arsenal militar nuclear a ser apresentados, devido os desdobramentos da segunda guerra mundial, observa-se adoção de políticas armamentistas.

Crise de Hegemonia e Multipolaridade.

Partir-se-á do conceito gramsciano de *crise de hegemonia* para compreender a questão ucraniana e o redesenho do capital-imperialismo global. Tratar-se-ia, assim, de conter a crise e (re)estruturar os princípios e fundamentos de direção e dominação global.

Pode-se dizer que a política expansionista e neocolonial operacionalizada via OTAN, em território ucraniano, colocou em risco a soberania nacional tanto da Rússia quanto da Ucrânia, na medida em que representa a submissão e o alinhamento dos ucranianos aos interesses do capital-imperialismo estadunidense na região. Assim sendo, pode-se afirmar que o *Coup d'État* de 2014 representou a subordinação automática do Estado nacional ucraniano aos EUA. Nesse sentido, compreender a questão ucraniana e seu desdobramento em confronto bélico implica compreender as questões de ordem do Estado nacional e as dinâmicas e complexidades das relações internacionais. Objetivamente, não se trata de guerra entre Ucrânia e Rússia, mas de guerra entre capital-imperialismo estadunidense e seu subalterno imediato europeu (União Europeia) contra a Federação Russa. Em análise, verifica-se que, territorialmente, a guerra foi rapidamente resolvida, visto que os russos avançaram e dominaram militarmente os territórios estratégicos, controlando-os direta e/ou indiretamente e/ou anexando-os. A questão de fundo e sem resolução a curto prazo diz respeito aos interesses do capital-imperialismo estadunidense na região e à improvável subordinação do Estado nacional russo. Assim sendo, pode-se explicar o confronto bélico a partir de questões histórico-culturais (em via de regra, flertando-se com os riscos das mistificações) ou pelos próprios paradigmas forjados no e pelo *capitalismo de vigilância programado* e sua relação umbilical com o capital-imperialismo estadunidense. No primeiro caso, oferece-se uma cartografia generalista sobre a questão, necessária, mas insuficiente; e, no segundo, adentra-se no gene do processo.

Observa-se que a partir do redesenho do *movimento reaganomics Make America Great Again* (MAGA), Donald Trump realizou reorientação tática da política externa, a partir de política nacional-chauvinista que integra princípios neoliberais-flexíveis e neofascistas, com o objetivo de romper com a ideologia do multilateralismo e recompor “*pela força e pelo alto*” o poder global do império estadunidense, demarcando-se o colapso e esgotamento tanto do sistema *Breton Woods* quanto do *sistema ONU*. Pode-se dizer que Steve Bannon e Elon Musk representam os princípios neofascistas do nacional-chauvinismo trumpista. Em outros termos, rompe-se a “*política externa de portas abertas, contenção e engajamento*”, forjada no pós-guerra e adota-se política de unilateralismo, materializada objetivamente pela guerra comercial-tecnológica com a China. Assim sendo, no âmbito da estratégia trata-se de manter a hegemonia civil estadunidense “*pela força e pelo alto*”, enquanto no âmbito da tática impõem-se o internacionalismo unilateral, com particular destaque para o poder exercido pelas

oligarquias constituídas em torno das *Big Techs*, em um cenário de imposição dos fundamentos do *capitalismo de vigilância plataformizado*.

Nesse cenário, recoloca-se na ordem do dia os fundamentos da *Doutrina Monroe* e do *Destino Manifesto*. Nesse contexto, o controle territorial e político-econômico sobre a América Latina tornou-se central, na medida em que a China se tornou o principal parceiro econômico das principais economias latino-americanas. Importante destacar que o avanço da chamada *Doutrina Monroe* foi anunciada pelo presidente James Monroe (1817-1825), em mensagem ao Congresso, em 2 de dezembro de 1823, resumida sob a insígnia: “*América para os americanos*”, que sintetizava três princípios: i. não criação de novas colônias nas Américas; ii. não intervenção nos assuntos internos dos países americanos; e, iii. não intervenção dos Estados Unidos em conflitos relacionados aos países europeus. A Doutrina afirmava o poder político-econômico, sociocultural e militar dos EUA no continente, de tal forma a se contrapor ao colonialismo europeu. Tratar-se-ia de levar adiante os princípios e fundamentos difundidos por Thomas Jefferson, para quem “*a América teria um Hemisfério para si mesma*”. Na quadratura histórica em questão, a estratégia traçada pelo nascente imperialismo estadunidense era a de dominar e dirigir os Estados nacionais do continente, como forma de forjar correlação de forças na esfera das relações internacionais, opor-se as potências europeias vitoriosas que emergiram do Congresso de Viena (1814-1815) e evitar qualquer processo e perspectiva colonial europeia nas Américas, visto que na medida em que as guerras napoleônicas (1803-1815) se tornaram vitoriosas, Prússia, Áustria e Rússia formavam a Santa Aliança para defender as monarquias absolutistas. Observa-se que a chamada Santa Aliança promoveu incursões militares, para restabelecer o poder dos Bourbons na Espanha e suas respectivas colônias, em um contexto de avanço da independência de países latino-americanos. Assim sendo, a *Doutrina Monroe* opôs-se tanto ao poder constituído no âmbito da Santa Aliança quanto do império britânico, contra os quais os estadunidenses haviam travado uma guerra em 1812.

Deve-se destacar, nesse contexto, a figura de Andrew Jackson (1767-1845), que foi fazendeiro, mercador de escravos e militar estadunidense, tornando-se o sétimo presidente dos EUA (1829-1837) e fez sua carreira militar e política, pela via da suposta representação do “*homem comum*”, a partir do qual defendia-se a unidade nacional. Tratar-se-ia da política estatal que desencadeou a chamada “*Marcha para Oeste*”, a partir da qual forjou-se robusta política de expansão territorial e genocídio dos povos originários. A base ideológica da política em questão encontrava-se na difusão dos

fundamentos do chamado “*Manifest Destiny*”. Tratar-se-ia de ideologia colonial-expansionista, difundida após a independência (1776) e que ganhou corpo no século XIX, cuja principal chave de leitura encontrava-se no princípio supostamente civilizatório e missionário que os colonizadores cristãos deveriam realizar em todo continente americano. Destaca-se que o termo era usado pelos Democratas, na década de 1840, para justificar a guerra contra o México. Nesse cenário, ao jornalista John O’Sullivan é creditado a criação do termo, em 1845, por descrever o processo. Somente no final do século XIX, os EUA forjaram o caráter efetivamente imperialista da *Doutrina Monroe* e conduziram política externa expansionista de caráter militarista nas Américas, promovendo intervenções militares na região do Caribe. Tratar-se-ia da definição de um tipo particular de *mare nostrum* estadunidense.

As primeiras décadas do século XXI vem assistindo a ascensão de China e Rússia, definidos enquanto polos de poder mundial com capacidade de pressão e redesenho das relações internacionais, de tal forma a demarcar a decadência de potências do Atlântico Norte e a ascensão de potências euroasiáticas. Somente a partir de tais fundamentos é que se poderia compreender o chamado Sul Global e, portanto, os rumos da América Latina, na medida em que se constituiu em região disputada, como zona de influência geopolítica. Portanto, observa-se nesse cenário a desestabilização regional e o bloqueio das tímidas experiências de integração sul-americana.

Observa-se, na esfera das relações internacionais, um tipo particular de tendência sistêmica multipolar que redesenhou e intensificou as disputas entre Estados Unidos, Rússia e China. Em outros termos, tratar-se-ia de ampliar áreas e zonas de influências, seja a partir de exportação de capitais seja a partir de presença militar. Tratar-se-ia de compreender os fundamentos de tais relações, para produzir algum nível de entendimento e conhecimento acerca dos efeitos desestabilizadores na América Latina, na medida em que desde a *Doutrina Monroe*, os EUA buscaram controlar a região “*pela força e pelo alto*”. Nesse sentido, a nova multipolaridade impôs o redesenho das relações internacionais, colocando em questão a disputa pela periferia capitalista e o bloqueio de quaisquer possibilidades de integração regional autônoma. Em um cenário multipolar marcado pelo controle e expansão de áreas de influências, bem como de corrida armamentista, impõem-se tipos, formas e conteúdos flexíveis de *rebalanceamento de poder*, de tal forma a redefinir as relações *intra e entre classes sociais*, bem como as relações fundamentais estabelecidas entre capitalismo, classes sociais e Estado. Nesse cenário, a escalada da conflitividade das relações entre Estados Unidos, Rússia e China

impactam diretamente os dois projetos de cooperação e integração regionais: i. Mercado Comum do Sul (Mercosul); e, ii. União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Em que pese a ascensão de potências emergentes, a multipolaridade encontra-se centrada no âmbito das disputas estabelecidas entre China, Europa, EUA e Rússia. O acirramento da competitividade entre tais potências elevam o nível de tensão e risco de conflitos bélicos, com envolvimento direto e/ou indireto das potências capitalistas. A partir de tais elementos é que se pode compreender os fundamentos dos conflitos bélicos na Ucrânia, Gaza e Síria, envolvendo Rússia, EUA e União Europeia. Nesse sentido, compreende-se os acordos estabelecidos entre China e Rússia, por um lado; e, EUA, União Europeia e Japão, por outro. Assim sendo, o acirramento em torno das múltiplas disputas interestatais emerge enquanto tendência predominante no sistema internacional, colocando na ordem do dia a pauta da guerra e a imposição de novos processos de *balanceamento de poder*, tanto em nível regional quanto global. Os fenômenos sociais que demarcam a ascensão de movimentos neofascistas globalmente encontram-se diretamente relacionados aos processos de *balanceamento de poder*. No caso da América Latina, a presença física, político-econômica, sociocultural e militar dos EUA, no continente, impedem o desenvolvimento de alternativas autônomas de integração e autonomia; e, nesse cenário específico tem levado os EUA a retomar a estratégia de segurança hemisférica.

Importante destacar que a esfera das relações internacionais se manifesta objetivamente a partir de um tipo particular de multipolaridade assimétrica, na e a partir da qual Moscou e Beijing antagonizam Washington, de tal forma que a disputa por áreas e regiões de influências na periferia capitalista, passam a serem definidas pela desestabilização permanente, em alguns casos com a imposição de mudanças de regimes, a depender do nível e intensidade das políticas de *hard e/ou soft power*. Nas duas últimas décadas, a China tem adotado política externa de aproximação permanente dos países latino-americanos. Destaca-se que Venezuela, Brasil, Equador, Argentina e Bolívia, desenvolveram relações comerciais com a China que somam 133 bilhões de dólares. No caso venezuelano, a China tornou-se o principal credor do Estado, que não ao acaso possui uma das principais reservas de petróleo do mundo e abundantes reservas de minerais estratégicos. Ao longo das duas últimas décadas, a América do Sul tornou-se parceiro comercial estratégico para os chineses, seja naquilo que diz respeito ao acesso a *commodities* e insumos, seja enquanto mercado consumidor de produtos chineses. Destaca-se, na América do Sul, a questão venezuelana chavista, na medida em que os

venezuelanos buscaram estabelecer conjuntos de parcerias e relações tanto com a China quanto com a Rússia. Trata-se de estratégia de política externa voltada a *contrabalancear o poder* que os estadunidenses exercem no continente e particularmente na crise venezuelana, a partir da imposição de múltiplos bloqueios e pressões militares. Destaca-se, no âmbito da relação entre Rússia e Venezuela, a constituição de acordos e investimentos em áreas militares e industriais. Destaca-se ainda a presença crescente dos russos no mercado sul-americano, particularmente, no mercado armamentista. Nesse cenário, os EUA têm retomado a política de segurança hemisférica via reativação da *Quarta Frota do Atlântico Sul*, o robustecimento do *Plano Colômbia* e a adoção de políticas de controle sobre a chamada *Tríplice Fronteira*, supostamente considerada zona de risco terrorista. Tratar-se-ia de adoção de táticas de *guerras híbridas* e desestabilização da região, com destaque para a função social que as *Big Techs* têm assumido nesses processos de adoção de políticas de *hard* e/ou *soft power*, que tem influenciado processos eleitorais e/ou implicado em mudanças de regime. A partir de tais questões, os EUA têm pressionado Colômbia e Brasil a adotarem políticas de alinhamento automático a Washington, particularmente naquilo que diz respeito a crise venezuelana. No caso brasileiro, o Golpe de Estado *soft* conduziu o país a adoção de política externa de alinhamento automático aos EUA, de tal forma a forjar tensões de diversas ordens com o governo venezuelano. Tal processo iniciou-se com Michel Temer, foi aprofundado pelo governo Bolsonaro e continuou no terceiro governo Lula que não reconheceu a legitimidade das eleições venezuelanas e vetou a entrada da Venezuela nos BRICS. No contexto da crise venezuelana, a suposta ajuda humanitária liderada pelos EUA tem servido como mecanismo e instrumento de militarização das fronteiras entre Brasil, Colômbia e Venezuela. Tal processo levou o governo de Nicolas Maduro a decretar o fechamento de suas fronteiras. A política de segurança hemisférica adotada pelos EUA tem levado a desestabilização da região, marcada pelo avanço de novas ondas de governos que integram princípios neoliberais-flexíveis & neofascistas, de tal forma que a manifestação fenomênica de tal processo tem sido a suposta polarização política, presente no Brasil, Chile, Paraguai, Bolívia, Venezuela, Peru, Equador, Argentina e Colômbia.

O Secretário de Estado dos EUA, Marco Antonio Rubio (1971 –) é um político de origem cubana e foi incumbido de conduzir a política externa estadunidense, com particular destaque para a retomada do controle territorial da América Latina, sendo o método predominante o de abandono das aparentes concessões e a declarada adoção do porrete. Com Marco Rubio não há espaços para cenouras, a política externa é conduzida

tróica reacionário composta por Argentina, Brasil e Paraguai, a partir da qual forjou-se conjuntos de denúncias contra Caracas, por supostamente descumprir os compromissos do Protocolo de Montevideu (Protocolo de Ushuaia II), assinado pelos países membros em 2011, resultando na declaração que considerava vaga a presidência do Mercosul. Frente ao Golpe de Estado *soft* no Brasil e a ascensão de movimento neofascista via bolsonarismo que levou a prisão de Lula por 580 dias, a frágil institucionalidade do Mercosul foi desmontada, na medida em que o bolsonarismo alinhou-se automaticamente a Washington e passou a adotar políticas beligerantes na região, com destaque para o conflito com a Argentina de Alberto Fernández. Observa-se, na mesma quadratura histórica, a crise da Unasul, em 2017, deflagrada após Venezuela, Bolívia, Suriname e Equador vetarem a indicação do diplomata argentino José Octavio Bordón para assumir o cargo na Secretaria Geral do bloco. O enfraquecimento das duas principais experiências de integração regional latino-americana impôs a tendência a acordos bilaterais, realizados particularmente com EUA, China e Rússia. Tratar-se-ia de política capital-imperialista deliberada de enfraquecimento dos países da região, pressionando-os a aceitarem acordos bilaterais desfavoráveis na mesa de negociação. Em que pese o capital-imperialismo estadunidense exercer pressão político-econômica, sociocultural e militar na América Latina, a partir de reativação de sua política de segurança hemisférica, levando a desestabilização da região, tanto China e Rússia quanto União Europeia beneficiaram-se da desestabilização regional e da tendência de imposição de acordos bilaterais.

Na América do Sul, observa-se o cerco *capital-imperialista estadunidense* à Venezuela, por meio de *guerra híbrida sistêmica* voltada ao cultivo de crises sociais, político-econômicas e, conseqüentemente, à desestabilização do governo de Nicolás Maduro Moros (1962 –). O *capital-imperialismo estadunidense* opera na Venezuela, com o apoio de uma *burguesia interna compradora*, geneticamente golpista, a partir da qual se forjam oposições que fabricam crises, particularmente em processos eleitorais, a partir de lideranças políticas artificiais, tais como: Henrique Capriles Radonski (1972 –), Juan Gerardo Guaidó Márquez (1983 –) e María Corina Machado Parisca (1967 –). Pode-se dizer que a chamada revolução bolivariana forjou um tipo particular de nacionalismo que se sustenta na tríade: Simón Rodríguez (1769-1854), Simón Bolívar (1783-1830) e Ezequiel Zamora Correa (1817-1860). Em que pese o bolivarianismo utópico chavista, destaca-se e observa-se o vigor e a capilaridade do *chavismo*, na medida em que sobrevive há mais de duas décadas de investidas golpistas, forjadas e alimentadas pela *guerra híbrida capital-imperialista estadunidense*: i. sanções político-econômicas sistêmicas; ii.

manobras militares; iii. campanha sistemática de detração do regime político e de seus representantes, via controle dos grandes veículos de comunicação latino-americanos. Destaca-se, ainda, o potencial confronto bélico entre Venezuela e Guiana, pela região de Essequibo (160 mil km²), que historicamente pertencia à Venezuela e foi anexada pela política externa colonial do império inglês, no início do século XX. Trata-se de região rica em minerais: ouro, cobre, diamantes e que recentemente teve depósitos de petróleo e outros hidrocarbonetos descobertos. Historicamente, a região de Essequibo fazia parte da Venezuela independente desde 1811. Todavia, os impérios inglês e holandês, em negociação questionável, negociaram um território indefinido na região. Em 1840, o Reino Unido nomeou como seu representante o colonizador Robert Hermann Schomburgk (1804-1865) para definir e impor fronteira arbitrária via poder imperial britânico. Assim sendo, o império britânico impôs a chamada *Linha Schomburgk*, a partir da qual passou a ter 80 mil quilômetros quadrados adicionais à suposta aquisição territorial negociada com os holandeses. A partir da década de 1840, intensificaram-se as disputas em torno do território. Em 1886, uma nova versão da *Linha Schomburgk* foi traçada, aumentando ainda mais o território da Guiana Inglesa. Com a ascensão da *Doutrina Monroe*, como forma de limitar as influências dos interesses imperialistas europeus na região, em 1895, os EUA se posicionaram em favor da Venezuela e denunciaram o avanço da fronteira colonial. No âmbito das organizações internacionais do período, foi emitida a *Sentença Arbitral de Paris* (1899) que decidiu a favor dos interesses do império britânico. O *Acordo de Genebra* (1966), firmado entre Venezuela e Reino Unido, reconheceu as reivindicações históricas venezuelanas como forma de se acordar soluções para a disputa. Todavia, nunca saiu do papel.

Uma questão central a ser analisada diz respeito à função social que a OTAN adquiriu no pós-Segunda Guerra Mundial, na medida em que foi forjada como instrumento militar e político de controle da Europa e não necessariamente de proteção, como a ideologia do capital-imperialismo estadunidense difundiu ao longo da história. Objetivamente, quando se pensam as particularidades da suposta questão russo-ucraniana, tratar-se-ia de monitorar e restringir direta e/ou indiretamente a política externa da Alemanha, controlando seu principal fornecimento de energia, como forma de forçar lógicas de desindustrialização sistêmica e generalizada dos elos fortes da União Europeia (Todd, 2024). Deve-se destacar que, historicamente, os EUA se opuseram à construção dos gasodutos no Mar do Báltico, sendo que sua política externa movimentou-se e via com ressalvas aproximações político-econômicas entre Alemanha e Rússia. Destaca-se o

papel militar que os EUA tiveram na explosão dos dois oleodutos: *Nord Stream I* e II, no dia 26 de setembro de 2022, na medida em que se observou a efetivação de estratégia que bloqueava a abertura de diálogo diplomático e negociações bilaterais autônomas entre alemães e russos. Os efeitos imediatos das sanções aplicadas pelo G7 e seus aliados contra o petróleo e o gás russo levaram a nova cartografia energética mundial, na medida em que redirecionaram o mercado energético russo para os mercados asiáticos. Observa-se a constituição de novas relações entre as potências petroleiras do Oriente Médio e da Extrema Ásia, com destaque para as relações entre China e Arábia Saudita, bem como entre Irã e Rússia. O capital-imperialismo estadunidense, ao pressionar a Ucrânia a aventurar-se em uma guerra autodestrutiva contra a Rússia, redesenhou indiretamente o mapa energético mundial, na medida em que os russos forjaram uma política externa defensiva que redirecionou sua capacidade de produção energética para os mercados asiáticos, de tal forma a colocar na agenda do dia o estabelecimento de novos vínculos entre as potências do Oriente Médio e a Extrema Ásia, com destaque para as relações estabelecidas entre China, Arábia Saudita, Irã e Rússia.

O Mar Mediterrâneo, caracterizado por ser uma bacia fechada e cercada por vinte Estados, onde “[...] *as civilizações se empilharam uma sobre as outras*” (Braudel, 1977), é por onde transita um quarto do comércio global, atravessado por tubos e cabos submarinos, servindo como elo de ligação e corredor entre os oceanos Atlântico (Estreito de Gibraltar), Índico e Pacífico (Canal de Suez e Mar Vermelho) e o Mar Negro (Estreito de Bósforo). Observa-se cenário de intensa corrida armamentista aérea e naval (aeronaves, navios de superfície e submarinos, baterias, escudos antimísseis, drones...), cujos dois frentes de guerra capital-imperialista: Ucrânia e Gaza, aparentemente distantes, colocaram em questão o controle militar deste espaço conturbado, em tempos de potenciais confrontos de alta intensidade. Neste cenário, a Turquia de Erdogan destaca-se por controlar a única entrada/saída do Mar Negro, ao mesmo tempo em que se caracteriza por ser um ponto de passagem fundamental do gás que abastece a Europa. Em que pese fazer parte da OTAN, tem mantido relações diplomáticas com a Rússia, negando-se a aderir às sanções impostas pelos estadunidenses. Observa-se, ainda, que dois terços das exportações chinesas para a Europa passam pelo Mar Mediterrâneo, via Canal de Suez, de tal forma que vem investindo em infraestrutura portuária interconectada ao redor do Mediterrâneo, além de cabos submarinos chineses que atravessam o Mediterrâneo. Assim sendo, o *mar partilhado* vem se transformando em zona de potencial conflito bélico, entre forças regionais e globais que necessitam ter o controle

das passagens comerciais garantidas via Mediterrâneo.

Na Península da Coreia, os EUA promovem nova escalada militar. Responsável direto pela separação entre as Coreias, os EUA, em 1958, introduziram armas nucleares na península, levando à corrida armamentista na região. No novo cenário, os EUA forjaram aliança hostil, composta pelos EUA, Japão e Coreia do Sul, contra a Coreia do Norte, pressionando o regime a intensificar a escalada armamentista. Trata-se de Acordo Militar trilateral com o Japão, durante a cúpula de Camp David, em 2023. A aliança hostil movimenta-se a partir de exercícios militares conjuntos documentados, tendo como alvo declarado a Coreia do Norte. Em que pese os esforços da Coreia do Norte em assinar tratado de paz com os EUA, Washington tem se recusado peremptoriamente, visto que a situação de tensão militar permanente beneficia o complexo militar-industrial estadunidense, além de forjar justificativa para a manutenção de bases e tropas militares na região.

Nos novos paradigmas das *cadeias globais de produção e circulação* e do avanço do *capitalismo de vigilância plataformizado*, a moeda sistêmica-global (dólar) passou a ser utilizada como arma de guerra, de tal forma a permitir ao centro capitalista adotar medidas de “bloqueio relativo” para isolar determinado território, tanto político-econômico quanto sociocultural, sem precisar adotar ações militares diretas. Objetivamente, trata-se da capacidade de controle sobre a chamada *globalização*, bloqueando-a geograficamente quando necessário. A dinâmica e a expansão do capitalismo financeiro manifestam-se sob a forma e o conteúdo do dólar, de tal forma que a chamada globalização atribuiu aos Estados Unidos da América o poder de controle relativo sobre as instituições financeiras, seja pelo alto nível de controle de dados (transações financeiras de diversas ordens) que o governo estadunidense passou a ter acesso (colocando em risco a confiança de grandes corporações que operam no sistema financeiro), seja pelo alto nível de dependência do sistema financeiro estadunidense. Isso atribuiu aos EUA a capacidade de criar e impor regras ao sistema financeiro mundial. O sistema monetário internacional tornou-se dependente e foi subordinado ao sistema financeiro estadunidense. Um exemplo explicitado pela questão ucraniana encontra-se no fato de a Suíça ter adotado e imposto aos russos, a partir de suas instituições financeiras, sanções e confisco de contas de diversas ordens. Tais medidas não foram adotadas pelos suíços nem contra os nazistas ou chamados terroristas e narcotraficantes. Assim sendo, o sistema dólar, em última instância, é juridicamente regulado pelos EUA, de tal forma que, no pós-11 de setembro, dados que antes eram sigilosos e estavam sob a guarda das

corporações financeiras passaram a ser acessados pelo governo estadunidense, a partir dos mecanismos de controle da *National Security Act of 1947* e do *Patriot Act of 2001*. O primeiro sob o pretexto de combater a ameaça comunista e o segundo sob o pretexto de combater a ameaça terrorista e, posteriormente, o narcotráfico. Assim, unilateralmente, os EUA passaram a ter o poder de definir *quem* são os terroristas e/ou narcotraficantes e *como* combatê-los, como demonstram as experiências de estrangulamento financeiro que envolveram Cuba, Coreia do Norte, Irã e Venezuela. Não ao acaso, os BRICS passaram a ser combatidos exatamente porque colocavam a possibilidade de construção de sistema financeiro alternativo ao estadunidense. De maneira direta, o controle externo da moeda local, a partir do dólar, desestabiliza a economia e desorganiza os mercados internos, obrigando os países que sofrem as chamadas sanções a adotarem instrumentos de economia de guerra. Ou seja, há um impacto na estruturação e organização do poder do Estado nacional atingido, bem como na posição que ocupa no âmbito das relações internacionais. Objetivamente, o capital-imperialismo cria crises do Estado nacional, obrigando recomposição das *frações da classe dominante*. Em outros termos, fabricam *crise de hegemonia*, de tal forma a redesenhar o poder, tanto interna quanto externamente. No cenário em questão, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Unesco adotaram posições políticas e expulsaram a Rússia, abandonando seus objetivos e finalidades primordiais: cooperação entre povos. Ao mesmo tempo, a FIFA expulsou os russos da Copa do Mundo.

A Era das Guerras.

A hegemonia civil estadunidense global pode ser compreendida a partir de três variáveis fundamentais: i. política de expansão do complexo industrial-militar, no pós-11 de setembro de 2001, a partir da qual justificou-se e legitimou-se a ideológica guerra ao terror; ii. controle do sistema financeiro internacional, via *Sociedade de Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (SWIFT)*; e iii. política externa fundamentada em processos sistêmicos de expansionismo neocolonial, via OTAN. Destaca-se nesse processo o *Sistema SWIFT*, na medida em que se trata de “cooperativa” internacional criada em Bruxelas em 1973 e apoiada por 239 bancos em 15 países. Objetivamente, trata-se do controle de mais de 111 mil instituições financeiras de mais de 200 países, como forma de controlar e regulamentar o canal de comunicação e padronização das transações financeiras internacionais.

Objetivamente, o capital-imperialismo estadunidense impôs conjuntos de sanções à Rússia, aplicadas via G7 e aliados, com o objetivo de controlar o petróleo e o gás russo.

Para tanto, os estadunidenses utilizaram sua capacidade de controle sobre moedas e finanças internacionais, na medida em que foram instrumentalizadas enquanto esferas e estruturas de poder com capacidade de redesenho do mercado mundial de energia. Frente à guerra híbrida estadunidense e ao confisco autocrático das reservas russas, Putin emitiu decreto obrigando as empresas internacionais a abrirem conta em bancos russos (*Gazprombank*), com pagamento realizado em dólares e euros, todavia, convertido em rublos imediatamente de acordo com as taxas que o Banco Central russo estabelecesse. Tal mecanismo evitou que as reservas russas fossem confiscadas em sua integralidade e, ao mesmo tempo, manteve as moedas internacionais sob o controle russo. A rigor, não se trataria de quebra de contrato, mas de alteração na forma de pagamento. Nesse processo, o rublo valorizou-se e fortaleceu-se como moeda.

Uma questão importante a ser destacada diz respeito à questão energética. Os países europeus, particularmente a Alemanha, são dependentes do fornecimento de gás russo, e os supostos mercados comerciais alternativos, como Qatar, Argélia, Noruega, Turcomenistão e mesmo o gás natural estadunidense, não são suficientes e, ao mesmo tempo, são alternativas economicamente inviáveis. Deve-se destacar que 50% do complexo industrial químico e petroquímico alemão depende do fornecimento de gás russo. Uma das questões atípicas foi o aumento da inflação de mais de 10% na Europa, devido à questão energética. Tal questão tem afetado diretamente as eleições europeias, demarcadas pelo avanço do neofascismo.

Objetivamente, a Rússia não tem interesse em destruir, tampouco submeter o Estado nacional da Ucrânia. Todavia, deseja e necessita controlar regiões estratégicas, particularmente as regiões dos Mares de Azov e Negro (Ponto Euxino) e o acesso ao Oceano Atlântico, via Mediterrâneo e Egeu. Por outro lado, a estratégia estadunidense encontra-se no incentivo à prorrogação da guerra. Maquiavel diria que a Europa desaprendeu a fazer diplomacia pragmática ao alinhar-se e submeter-se automaticamente aos interesses estadunidenses, visto que abandonou o projeto de relativa independência e segurança europeia, presentes no longo período autocrático de Angela Dorothea Merkel (2005-2021). Pode-se dizer que a Europa saiu derrotada da guerra, quando avaliadas as perdas impostas às empresas europeias, particularmente alemãs e francesas.

Passaram-se dois anos desde o início da guerra na Ucrânia e duas tendências podem ser observadas: i. os russos venceram a guerra rapidamente, tanto do ponto de vista militar quanto político-econômico; e ii. o capital-imperialismo estadunidense e seus aliados subalternos europeus não irão admitir a derrota e utilizarão influência político-

econômica e sociocultural para prorrogar a guerra, sob pesados custos aos povos ucranianos. Destaca-se que a chamada *contraofensiva ucraniana*, liderada pelos EUA, União Europeia e OTAN, propalada ao longo do ano de 2023, demonstrou-se mais uma peça de propaganda e publicidade cômico-trágica do que propriamente capacidade bélica de mudar os rumos da guerra. No cenário em questão, as forças russas avançaram militarmente e conquistaram as cidades de Soledar, Artemovsk e Maryinka, ampliando seu controle territorial. Do ponto de vista militar, tratam-se de trincheiras estrategicamente avançadas, a partir das quais as forças russas podem conquistar os dois principais centros político-econômicos da Ucrânia: Kiev e Odessa. Nesse sentido, a continuidade da guerra colocaria em risco a própria existência do Estado nacional ucraniano.

Objetivamente, a consolidação da *pax estadunidense* exigiu a destruição, reconstrução e controle de Alemanha e Japão, impedindo-os de tornarem-se competidores político-econômicos, socioculturais e militares, na esfera das relações internacionais. O retorno da Europa, como sujeito político autônomo, passa particularmente pela ascensão da Alemanha, no pós-queda Muro de Berlim. No pós-segunda guerra mundial, Alemanha e Japão foram impedidos de desenvolverem quaisquer perspectivas de soberania militar-nuclear. Com a dissolução da URSS, os EUA trataram de controlar “*pela força e pelo alto*” tanto Alemanha quanto Japão, impondo-lhes uma série de políticas-econômicas ortodoxo-recessivas que travou por décadas seus respectivos desenvolvimentos, a exemplo do “convite coercitivo” aos japoneses a frequentarem o famoso Plaza Hotel. Com a guerra na Ucrânia, a Alemanha foi pressionada a ativar um tipo particular de economia industrial de guerra, demarcando-se os fundamentos da corrida armamentista no continente europeu.

Objetivamente, a ideologia de uma ordem internacional fundamentada em regras colapsou, na medida em que se impôs uma ordem internacional multipolar, com a ascensão de China e Rússia; e, portanto, impôs-se a mudança de poder global do Atlântico Norte para Eurásia. Nesse cenário, a Rússia deslocou sua política externa do oeste para leste, aproximando-se de China e dos países que constituem os BRICS. Portanto, a suposta ameaça expansionista russa propalada ideologicamente pelos europeus sequer dialoga com a *realpolitik* e o pivô russo para leste. Assim sendo, as medidas adotadas por Trump transferiu os custos do prolongamento da guerra à União Europeia que necessitará de empréstimos para (re)militarizar a OTAN, visto que a guerra de atrito adotada pela Rússia avançou na conquista de territórios e desmilitarizou a OTAN na região. Importante

destacar que existe uma questão étnico-racial, no âmbito da legitimação da guerra, na medida em que os russos são considerados pelos europeus como os “*negros do gelo*”.

A Comissão que Administra a União Europeia observou que se encontra em curso o declínio político-econômico e sociocultural da Europa, como demonstrou Mario Draghi, autor do Relatório sobre competitividade da União Europeia (*The Future of European Competitiveness*) que destaca o desafio de avançar no campo da inovação e tecnologia, aproveitar as oportunidades surgidas dos processos globais de descarbonização e proteger as cadeias de suprimentos de dependências geopolíticas. Tratar-se-ia de substituir as políticas draconianas neoliberais-flexíveis impostas pelos EUA, por políticas keynesianas estruturais. Coloca-se em questão a elaboração de plano estratégico ambicioso similar ao Plano Marshal, para enfrentar a crise e decadência europeia. Do ponto de vista econômico, a zona do euro encontra-se em vertiginosa decadência, quando observado a participação econômica mundial, com impacto e perda de competitividade e aumento das políticas de austeridade. A projeção de crescimento econômico do PIB da Europa é de 0,9% em 2024, 1,5% em 2025 e 1,8% em 2026. Sem as reformas estruturais, estima-se que nenhuma das economias europeias estará entre as dez maiores em 2050. Nesse contexto, os processos alemão e francês são centrais, na medida em que são o epicentro do poder político-econômico e sociocultural da União Europeia, todavia, enfrentam instabilidade política interna e crise econômica profunda, de tal forma a impactar a capacidade de liderança e autonomia acerca da política externa do bloco, particularmente naquilo que diz respeito a guerra na Ucrânia. Salienta-se, ainda, as decisões políticas de Donald Trump que ameaça impor tarifas as indústrias europeias, o que levaria a escalada da guerra comercial. Em um cenário global multipolar, a crise europeia imporá reformas estruturais, voltadas a reconfiguração do sistema de energia, reorganização da indústria tecnológica, ampliação da capacidade militar e redesenho da relação com Rússia e China, o que implicaria romper com a política externa de alinhamento automática e submissão aos EUA.

Importante destacar que Zelensky foi eleito em 2019 e seu mandato oficial terminou em 2024. Frente a guerra, as eleições foram suspensas e Zelensky continuou no poder, sem fundamentos legais e sem legitimidade. Fato que lhe rendeu a crítica proferida por Donald Trump, ao defini-lo como “ditador sem eleições que precisa agir rápido ou não terá mais um país”. Após a vitória eleitoral de Trump, o presidente estadunidense passou a pressionar o governo ucraniano a conceder o direito a exploração de minerais de terras raras (grupo de dezessete elementos usados para produzir equipamentos militares,

turbinas e bens eletrônicos), visando a restituição do valor equivalente a US\$ 500 bilhões, supostamente gastos com o financiamento da guerra. Estima-se que as terras raras estejam localizadas no sul do chamado escudo cristalino, sob o mar de Azov. Todavia, parte considerável do território foi ocupado pela Rússia. Frente a pressão, Zelensky concordou em conceder aos EUA o direito de explorar comercialmente os depósitos de minérios ucraniano (grafite, titânio, lítio), como compensação ao apoio militar e financeiro que os EUA deram a Ucrânia, ao longo de três anos de guerra. Não ao acaso, o cessar-fogo passa pela negociação entre EUA e Rússia, sem a presença ucraniana e europeia. Tratar-se-ia dos fundamentos e princípios do neocolonialismo do século XXI.

No campo das relações internacionais, a guerra na Ucrânia desconstruiu a imagem de que as forças da OTAN seriam invencíveis. Eis a dificuldade do capital-imperialismo estadunidense e seus subalternos imediatos europeus em reconhecerem a derrota. Se, do ponto de vista político, a existência da OTAN passou a ser duramente questionada, pós-Queda do Muro de Berlim e dissolução da URSS, o reconhecimento da derrota colocaria em questão sua existência militar, como suposta força guardiã e propulsora dos interesses do capital-imperialismo. A resistência russa, articulada a partir de seu Estado nacional e de seus recursos político-econômicos, socioculturais e militares, abriu nova era no campo das relações internacionais, como possibilidade de questionamento do unilateralismo e constituição de multipolaridade efetiva. Assim sendo, a guerra na Ucrânia abriu cenário de desestabilização em diversas partes do planeta, como forma de intensificação de controle de regiões via neocolonialismo. Na América Latina, a desestabilização ocorre em seus principais países: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela..., em diferentes níveis, com diferentes formas e conteúdos. Assim como, pode-se observar conflitos emergentes na chamada África Negra e no Oriente Médio, com particular destaque para a política neocolonial-genocida de Benjamin "Bibi" Netanyahu (1949 –), na Faixa de Gaza (BBC Brasil, 2024), a partir da qual milhares de palestinos estão sendo brutalmente assassinados, via política externa de limpeza étnica na região.

Destaca-se que, em março de 2022, EUA e Inglaterra intervieram e vetaram as negociações de paz entre Ucrânia e Rússia, que estavam em curso na cidade de Istambul e com potencial assinatura de Tratado de Paz. O capital-imperialismo estadunidense e seus subalternos imediatos europeus apostavam na supremacia militar da OTAN e, ao mesmo tempo, em sua capacidade de controlar política, econômica e socioculturalmente o sistema financeiro internacional, adotando sanções político-econômicas de diversas ordens. O objetivo era fabricar crise política e econômica profunda no âmbito da

Federação Russa, como forma de vencer a guerra, submeter os russos e avançar as trincheiras militares em relação ao potencial capital-imperialismo chinês na região. Com a exclusão da economia russa do sistema de pagamentos internacionais (SWIFT), as projeções do capital-imperialismo estadunidense e de seus subalternos imediatos europeus eram de que as ofensivas militares russas em território ucraniano cessassem; e que o PIB da Federação Russa fosse deteriorado e caísse em um terço em 2022, e que a inflação alcançasse a casa dos 50%, com impacto direto na desvalorização da moeda russa, com projeções em torno de 100%. Destaca-se que, nesse cenário, o mecanismo de pagamentos internacionais *SWIFT*, controlado pelos EUA, vem sendo substituído pelo sistema de pagamentos internacionais *CIPS* (*Cross-Border Interbank Payment System*), controlado pela China. Trata-se de fabricar crise profunda que leve à revolta popular, à derrubada do governo e à fragmentação étnica da Federação Russa. Faltou combinar com os russos, diria o ditado popular! A mesma estratégia utilizada na antiga Iugoslávia, fragmentando etnicamente a região e levando à morte de mais de 300 mil pessoas. Todavia, em que pese os efeitos imediatos na economia russa em 2022, no ano seguinte, com as ações adotadas pelo governo Putin, o PIB cresceu 3,5%, a taxa de desemprego caiu para 2,9%, com aumento salarial de 8% e avanço de processos de industrialização de 9,4%. A indústria russa havia sido dilacerada pela lógica neoliberal e neocolonial do capital-imperialismo estadunidense e seus subalternos imediatos europeus na região. A Rússia do pós-guerra coloca-se no cenário internacional por meio do fortalecimento do Estado, com robustos processos avançados de industrialização (política de *substituição de importações*), constituição de pujante mercado interno e de sistema financeiro autônomo, por meio da criação do Sistema Nacional de Pagamentos de Cartões (SNPC) e do Sistema de Mensagens Financeiras da Rússia (SPFS), além do redirecionamento de seu comércio exterior para os BRICS+. Eis o exemplo que preocupa o capital-imperialismo estadunidense e seus subalternos imediatos europeus, em cenário de crise estrutural do capital, fragilização do direito internacional e implosão da *pax estadunidense*.

Destaca-se que, em dois anos, o uso do dólar nas transações externas da Rússia caiu de 87%, em 2021, para 24% em 2023. Trata-se de reposicionamento estratégico do Estado nacional russo, tanto na região quanto nas relações internacionais globais, visto que fortaleceu o Estado nacional e, ao mesmo tempo, aprofundou o processo de aproximação com China e Índia (construção do Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul, unindo São Petersburgo a Mumbai, passando pelo Azerbaijão e Irã). Por outro

lado, observa-se na União Europeia processo prolongado de recessão, aumento da inflação, revolta popular e avanço eleitoral neofascista. Esses são ingredientes com potencial de desagregação da União Europeia, como demonstrou o BREXIT. Além disso, os BRICS, inicialmente constituído por cinco países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, a partir da Reunião de Joanesburgo, ocorrida entre 22 e 24 de agosto de 2023, avançou para a concepção de BRICS-11 (Prazeres, 2023), incluindo: Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Objetivamente, os “BRICS 11” representariam grande parcela dos recursos naturais do mundo, como 72% dos minerais de terras raras e 42% do petróleo, conforme aponta o Relatório do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais. Todavia, com a vitória de Javier Gerardo Milei (1970 –), a Argentina submeteu-se e alinou-se automaticamente aos interesses da política externa estadunidense, de tal forma que se retirou dos BRICS. Destaca-se, nesse cenário, o veto do Brasil, sob o governo Lula, à adesão da Venezuela como membro-associado aos BRICS, na reunião de Kazan. Neste novo cenário, o G7, criado pelo presidente Giscard d’Estaing (1974-1981), passou a expressar claramente seu caráter censitário, plutocrático e neocolonial, de tal forma que perdeu legitimidade e espaços para fóruns generalistas como os BRICS+. Assim sendo, emerge a abstração generalista do chamado Sul Global: espécie de ornitorrinco político-econômico e sociocultural, sem programa e sem clareza de ação.

Pode-se dizer que os BRICS representam a materialização objetiva dos processos de multipolaridade abertos no século XXI. Tratar-se-ia de tentativa de organizar, administrar e coordenar as experiências dos principais Estados nacionais periféricos, particularmente China e Rússia, em um contexto de predominância do rentismo-financismo global que levou a erosão e colapso dos sistemas *Breton Woods* e ONU. Nesse contexto, a expressão Sul Global emerge enquanto abstração repleta de indeterminações, na medida em que os BRICS são marcados por heterogeneidades, tensões e contradições de diversas ordens. Tratar-se-ia, portanto, de analisar os projetos de desenvolvimento dos Estados nacionais particulares e como se interligariam aos BRICS, tanto no que diz respeito a atuação no sistema *Breton Woods* quanto a tentativa de construção da nova institucionalidade global, particularmente, com a criação do Banco de Desenvolvimento que opera dentro do sistema dólar. Os grupos sociais mais avançados dos BRICS visam articular projeto alternativo à hegemonia civil estadunidense, particularmente no que diz respeito ao uso do dólar como arma de guerra. Portanto, tais grupos se propõem a articular instrumentos político-econômicos alternativos às instituições estadunidenses que

impuseram a hegemonia do dólar. Trata-se, portanto, de avanço de novas instituições capazes de apresentar alternativa ao dólar, em curto e médio prazo; e, ao mesmo tempo, avançar para a desdolarização da economia global, em longo prazo. A versão mais avançada dos BRICS, liderada pelo potencial capital-imperialismo chinês, em termos de democratização, não se trata de alternativa ao capital, mas de uma alternativa do capital.

Conclusão

Os dois frentes de guerra abertos pelo capital-imperialismo estadunidense e seu subalterno imediato, a União Europeia, colocam na ordem do dia a iminência da terceira guerra mundial, com potencial nuclear catastrófico. Em que pese os frentes apresentarem resultados diferentes, sendo que, por um lado, o Estado Sionista de Israel impõe o poder capital-imperialista estadunidense no Oriente Médio pela via do genocídio étnico do povo palestino; e, por outro, a Federação Russa impõe pesada derrota à OTAN e aos EUA, visto que as tropas ucranianas foram rapidamente derrotadas e as forças armadas russas anexaram os territórios estratégicos. A estratégia adotada pelo capital-imperialismo estadunidense é a de embargar quaisquer perspectivas de negociação e prorrogar ao máximo a guerra, como pode ser observado na declaração final da 75ª Reunião Anual da OTAN, realizada em Washington, entre os dias 9 e 11 de julho de 2024. Internamente, as forças beligerantes estadunidenses apostam na vitória de Kamala Harris, na medida em que um possível retorno ao poder de Donald Trump representaria posição hostil à OTAN e oposição à perspectiva de intervenção estadunidense na guerra da Ucrânia. A sensação de estarmos às portas de iminente terceira guerra mundial adquire força quando o recém-empossado primeiro-ministro britânico, Sir Keir Starmer, em um de seus pronunciamentos, afirma estar “preparado para usar armas nucleares”. Observa-se que o capital-imperialismo estadunidense avança no campo de preparação para a guerra, a partir do chamado “triângulo de ferro” da OTAN, formado pelos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Tratar-se-ia de forjar a troika responsável pelas guerras eternas, com destaque para a reeleição da beligerante alemã Ursula von der Leyen para mais um mandato na presidência da Comissão Europeia; e pelo novo secretário-geral da OTAN, o ex-primeiro-ministro da Holanda, o belicista Mark Rutte, cuja candidatura foi patrocinada pela *troika*. Em tal cenário, Vladimir Putin tem apostado em uma perspectiva nacionalista, marcada por corrida armamentista, como pode ser observado em seu pronunciamento no dia 1º de março de 2018 frente à Duma, todavia, dirigido à OTAN, à União Europeia e ao capital-

imperialismo estadunidense. Em tal discurso, anunciou ao mundo que a Rússia passou a dispor de novo aparato tecnológico-militar, com destaque para: i. produção do míssil balístico RS-28 Sarmat; ii. desenvolvimento de sistema de asas planadoras hipersônicas de velocidade Mach 20 (Avangard); e iii. produção de mísseis cruzadores e aerobalísticos (Kinzhal). Tratar-se-ia de poder tecnológico-militar que redesenharia a esfera das relações internacionais, na medida em que colocaria em xeque o poderio militar estadunidense. Nesse cenário, a guerra híbrida adotada contra a Rússia demonstrou múltiplas fragilidades, na medida em que as sanções e bloqueios econômicos não surtiram os efeitos esperados; e, ao mesmo tempo, a estratégia ocidental levou ao enfraquecimento do dólar, ao redesenho do mercado energético e a potenciais avanços estratégicos dos BRICS, liderados pelo potencial capital-imperialismo chinês.

Referências

- ABRAHAM, Ben. Segunda Guerra Mundial. São Paulo, Sherip Hapleita, 1985.
- ANGHIE, Antony. *Imperialism, sovereignty and the making of international law*. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.
- BASSFORD, Christopher. *John Keegan and the Grand Tradition of Trashing Clausewitz: A Polemic*. War in History, 1994.
- BEARSON, Dafna.; KENNEY, Martin.; ZYSMAN, John. *New Work and value creation in the platform economy: a taxonomy and preliminary evidence*. Berkeley. CA: Berkeley Roundtable on the International Economy, 2019 (BRIE Working Paper).
- BORON, Atílio. *Império e Imperialismo*. Clacso, 2002. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/15705/1/imperio.pdf>. Acesso em: 12 maio 2025.
- BRAUDEL, Fernand. *Capitalism and Material Life, 1400-1800*. Nova York: Harper and Row, 1973.
- BRAUDEL, Fernand. *Lea Mediterranée, L'espace et les hommes*. Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1977.
- BRENNER, Robert. *O boom e a bolha*. Tradução de: Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BUKHARIN, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- CHESNAY, François. *La mondialisation du capital*. Paris: Syros, 1998.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. Tradução de: Maria Teresa Ramos. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: EDUNB, 1996.

CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Tradução de: Michael Howard e Peter Paret. New York: Everyman's Library, 1993.

CROZIER, Michel J.; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*. Nova York: New York University Press, 1975.

CUSUMANO, Michael.; GAWER, Annabelle.; YOFFIE, David. *The business of platforms: strategy in the age of digital competition, innovation and power*. Nova York: Harper Business, 2019.

DAASE, Christopher. Clausewitz and Small Wars. In: *Hew Strachan and Andreas Herberg-Rothe. Clausewitz in the Twenty-first Century*. Oxford, U.K.: Oxford Univ. Press, 2007.

ESCOBAR, Pepe. 'Rublegas:' the world's new resource-based reserve currency. *The Cradle.co*, 01 abr. 2022. Disponível em: <https://thecradle.co/articles/rublegas-the-worlds-new-resource-based-reserve-currency>. Acesso em: 12 maio 2025.

FIORI, José Luís (org.). *A guerra, a energia e o novo mapa do poder mundial*. São Paulo: Vozes Acadêmica, 2023.

FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. 3ª ed. São Paulo: Vozes, 2007.

FIORI, José Luís. Globalização, Hegemonia e Império. In: TAVARES, Maria; FIORI, José Luís (org.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. São Paulo: Vozes, 1997.

FIORI, José Luís. *O Poder Global: e a Nova Geopolítica das Nações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del cárcere*. Torino: Einaudi, 1975.

GROTIUS, Hugo. *Le Droit de la Guerre et de la Paix*. Paris: Press Universitaires de France, 1999.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HERBERG-ROTHER, Andreas. *Clausewitz's Puzzle: The Political Theory of War*. New York: Oxford University Press, 2007.

HILFERDING, Rudolf. *El capital financeiro*. Madri: Tecnos, 1973.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Tradução de: Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de uma República*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

HOBSON, John A. *Estúdio del imperialismo*. Madrid: Alianza Universidad, 1981.

HOBSON, John A. *A Evolução do Capitalismo Moderno*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOBSON, John A. *L'Imperialismo*. Roma: Newton & Compton, 1996.

KALDOR, Mary. A Cosmopolitan Response to New Wars. *Peace Review*, v. 8, 1996.

KALDOR, Mary. Elaborating the 'New War' Thesis. In *Isabelle Duyvesteyn and Jan Angstrom*. Rethinking the Nature of War. New York: Frank Cass, 2005.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de: Artur Mourão. Lisboa: Ed.70, 2008b.

KAUTSKI, Karl. O imperialismo (1913). In: TEIXEIRA, Aloisio (org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

KAUTSKI, Karl. [1914]. Ultra-imperialism. *Marxists Internet Archive*, 2023. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>. Acesso em: 12 maio 2025.

KAUTSKY, Karl. O imperialismo e a guerra. *História & Luta de Classes*, ano 4, n. 6, 2008.

KEEGAN, John. *A History of Warfare*. New York: Vintage Books, 1993.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myrar. *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

KOHAN, Nestor. *Marxismos y pensamiento crítico en el Sur global*. Madrid: Ediciones Akal, 2024.

KOHAN, Nestor. *Teorías del Imperialismo y la Dependencia desde el Sur Global*. Buenos Aires: Editorial Cienflores, 2022.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LENIN, Vladimir Ilich. *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*. Paris-Moscou: Editions Sociales-Editions du Progrès, 1975.

LOSURDO, Domenico. *A linguagem do império*. Tradução de: Jaime Clasen. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. 2ª ed. Tradução de: Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1990.

MARX, Karl. Colonialismo. *Cuadernos de Londres*, n. XIV, 1851. Tradução de: Ernesto Bascope Guzmán. La Paz. Bolívia: Editora Presencia S.R.L., 2019.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro II. O processo de circulação do capital. Tradução de: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. O processo global de produção capitalista. Tradução de: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução de: Nélio Schneider. – São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZZUCATO, Mariana. *O Estado Empreendedor*. Tradução de: Elvira Serapicos. Portfolio. [s. l.]: Penguin, 2014.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de: Paulo Cezar Castenheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

METZ, Steven. A Wake for Clausewitz: Toward a Philosophy of 21st-Century Warfare. *Parameters*, v. 24, n. 1 (Winter 1994-95). Disponível em: <https://press.armywarcollege.edu/parameters/vol24/iss1/1/>. Acesso em: 12 maio 2025.

MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NEWMAN, Edward. The ‘New Wars’ Debate: A Historical Perspective Is Needed. *Security Dialogue*, v. 35 (June 2004).

POLANYI, Karl. *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 1957.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Tradução de: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, Marcelo Lira. *Crítica à Teoria da Modernidade Inacabada*. Curitiba, PR: Appris, 2023.

SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.

SWEEZY, Paul. *The Transition from Feudalism to Capitalism*. Londres: New Left Books, 1976.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world system*. Nova York: Academic, 1974.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.